

PERCURSOS MIGRATÓRIOS INTERGERACIONAIS E DINÂMICAS DE IMPLANTAÇÃO DE IMIGRANTES ESTRANGEIROS NO OESTE PAULISTA (1880-1950)*

OSWALDO TRUZZI
JOÃO PEDRO VOLANTE

Toda região pioneira é essencialmente marginal, incerta e fugitiva. Isso torna sem dúvida difícil sua cartografia exata, mas o valor de seu estudo reside precisamente no conhecimento de uma sociedade em movimento.

(Pierre Monbeig, geógrafo francês que trabalhou na Universidade de São Paulo e estudou no Brasil entre 1935 e 1946, em artigo publicado nos *Annales de Histoire Économique et Sociale* em 1937).

1. UMA FRONTEIRA EM CONTÍNUA EXPANSÃO

Estudos migratórios no interior paulista têm como padrão analisar um determinado grupo étnico em uma determinada localidade.¹ Sem negar a importância de tais estudos, é preciso, no entanto, reconhecer que tais trabalhos normalmente captam uma imagem artificialmente estática da realidade. Estática no sentido de que, em geral, pressupõem que as famílias constituintes de um determinado grupo étnico sempre estiveram naquela localidade desde que realizaram a migração transatlântica, quando, na verdade, elas normalmente se movimentaram com certa frequência muito antes de se estabelecerem em áreas – sejam urbanas ou rurais – de um determinado município. Os próprios censos demográficos realizados no estado de São Paulo em diferentes épocas² contribuem para cristalizar tal situação, pois o que são os censos demográficos, senão fotografias (portanto, estáticas, e não filmes, dinâmicos) a captar um determinado estado de coisas relativamente a uma população?³ Como indicou Álvaro Vieira Pinto, referindo-se à complementaridade entre as duas principais fontes demográficas – censos e registros civis – “se o dado censitário aparece como uma imagem estática, é, em verdade, a imagem estática de uma realidade efetivamente móvel, de um processo que se desenvolve no tempo e no espaço, movido por determinantes internos e refletindo em suas fases a lei lógica que o governa”.⁴

Contudo, a análise das trajetórias familiares de imigrantes no Oeste Paulista⁵ nos impele à investigação de um padrão social distinto de acomodação das famílias

* Uma versão anterior do presente texto foi publicada em *Tempo Social* (TRUZZI; VOLANTE, [2019] 2021).

1 Coelho (2005), Leite (2007), Oliveira, S. (2002), Oliveira, F. (2008).

2 Bassanezi *et al.* (2008).

3 Sauvy (1970).

4 Pinto (1973, p. 109). Assim, o presente texto também pode ser “lido” sob a perspectiva do assim chamado paradigma das mobilidades (TARRIUS, 1993; URRY, 2000).

5 Retomo aqui a definição de *Oeste Paulista* já mencionada na *Apresentação*: porção do território paulista acima do Trópico de Capricórnio (o que exclui a capital e regiões litorâneas), bem como municípios do Vale do Paraíba pelos quais a cultura do café, tocada a braço escravo e originária de terras fluminenses, penetrou pioneiramente na primeira metade do século XIX. Observe-se ainda que a lavoura do café pouco se desenvolveu em latitudes abaixo do Trópico de Capricórnio, devido à ocorrência mais frequente de geadas ou à qualidade inferior dos solos.

ao território. No extremo oeste, por exemplo, são mais raras as famílias que chegaram diretamente da Europa ou da Ásia e que ali se instalaram. Temos então que reconhecer a existência de uma fronteira em contínua expansão no território paulista, que significou também uma contínua mobilidade das famílias imigrantes.

Dado tal contexto dinâmico de deslocamento progressivo da frente pioneira (desenvolvido na primeira parte do texto), a questão que se coloca cuja resposta constitui o objetivo do presente artigo é: do que dependeu a implantação geográfica inicial e a mobilidade espacial frequente dos diversos contingentes de imigrantes que se estabeleceram no interior paulista?

O tema em questão, de natureza interdisciplinar por excelência, resvala em terrenos da história, geografia e demografia. Porém, de um ponto de vista sociológico, tais questões remetem à investigação da racionalidade das ações sociais (no que tange a fins e a valores) subjacentes a tais fenômenos (como se procurou analisar na segunda parte do texto). Para isso, propôs-se o conceito de percursos migratórios familiares intergeracionais, que busca justamente captar, por meio de pesquisa bibliográfica e de entrevistas realizadas, a lógica propriamente social (por que vivenciada e agenciada por indivíduos e famílias) de implantações, deslocamentos e permanências de imigrantes estrangeiros ao longo do território paulista.

O processo de incorporação crescente de terras a uma agricultura de exportação (no caso, o café) ou, em outras palavras, uma fronteira agrícola em contínua expansão em direção a oeste condicionou o assentamento progressivo de famílias imigrantes. Tal fenômeno ocorreu segundo várias condições e etapas, que passo a descrever de modo sumário.

1.1 Terras como recurso abundante, clima e solos favoráveis

A primeira condição foi que o estado de São Paulo contava com terras ainda inexploradas e de excelente qualidade cujos solos e clima temperado se prestavam a uma agricultura de exportação como o café, produto cuja demanda crescia exponencialmente nos mercados europeu e norte-americano. O Almanaque Literário da Província de São Paulo, publicado em 1878 pelo jornalista português radicado no Brasil José Maria Lisboa, ilustra de modo exemplar a ampla disponibilidade de “terrenos desconhecidos” com que contava o estado na época.



Carta da Província de São Paulo de 1878, impressa por Jules Martin, editada por José Maria Lisboa. In *Almanaque Literário da Província de São Paulo*, 1878.

Figura 1 Carta da Província de São Paulo, 1878.

Fonte: Almanaque Literário da Província de São Paulo, 1878.

Poucos anos depois, por causa do censo de 1886, um mapa da província referia-se a “terrenos despovoados” na região oeste do estado. Observe-se ainda que ambas as expressões – terrenos desconhecidos ou terrenos despovoados – correspondem a extensões de terra certamente menores que o total de terras ainda inexploradas com fins agrícolas no estado. Outros estados podiam dispor de um volume de terras até maior que o estado de São Paulo, mas não reuniam, necessária e simultaneamente, nem qualidade de solos propícios e tampouco clima adequado ao desenvolvimento da cultura do café, dadas as condições tecnológicas da época.

1.2 Expulsão, afastamento progressivo ou matança dos índios que habitavam originalmente as terras desconhecidas

Os agentes principais desse processo foram aventureiros que buscavam estabelecer posses de terras em regiões distantes do então chamado “mundo civilizado”. Não raro, tais contingentes eram constituídos por indivíduos considerados marginais, forasteiros ou mesmo escravos fugidos que se estabeleciam em regiões relativamente inóspitas e passavam a viver da caça, de cultivos de subsistência e da criação extensiva de animais, depois do desmate de certo terreno. Tais indivíduos também forneciam

pouso e abasteciam tropas de mineiros e exploradores que rumavam para Goiás e Mato Grosso, ou de soldados para a Guerra do Paraguai (1864-1870).

Na historiografia paulista, Pierre Monbeig⁶ os chamou de *precursores* e eles podiam advir tanto de municípios mais antigos do estado, em geral integrantes do chamado “quadrilátero do açúcar” (área interna delimitada pelo polígono formado pelas cidades de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí), quanto de áreas mineradoras decadentes do vizinho estado de Minas Gerais.⁷

A título de exemplo, pode-se citar o personagem considerado o fundador de Araraquara, Pedro José Neto, posseiro que se instalou na região com sua mulher, dois filhos e um agregado na primeira década do século XIX. Sem grandes posses – até 1812 não possuía sequer escravos, somente no recenseamento de 1813, ele aparece como proprietário de quatro escravos, diminuídos para dois em 1814 –, com o tempo passou a conhecer detalhadamente a região e solicitou uma carta de sesmaria, que deveria ser avalizada pela Câmara de Itu, de onde provinha. Pedro acabou obtendo uma carta de sesmaria, ainda que relativamente modesta, porque, mesmo sendo de origem humilde, pôde intermediar o conhecimento que tinha da região com fazendeiros mais poderosos da Vila de Itu, que justamente dominavam a Câmara. Estes logo se valeram das informações que Pedro acumulara sobre a região, requereram e assim obtiveram cartas de sesmaria, estas, porém, bem mais extensas do que a concedida a Pedro.⁸

Na condição de precursores, outros posseiros menos bem-sucedidos interagiam com indígenas que habitavam regiões interioranas do estado de São Paulo, seja de modo conflituoso, seja procriando com suas mulheres e gerando daí uma população denominada cabocla.

Os posseiros favoreceram, em grande medida, a posterior expansão das lavouras comerciais de cana e depois do café pelo interior paulista. Foram eles os primeiros a desbravar os sertões, tornando-os conhecidos. Além disso, ao serem expulsos das terras já desbravadas e empurrados cada vez mais para o interior de São Paulo, acabaram comprimindo os indígenas em direção ao sertão, atuando como amortecedores de conflitos entre estes e os formadores de grandes fazendas.⁹

O sociólogo José de Souza Martins também caracterizou tais indivíduos posseiros como integrantes do que denominou *frente de expansão*. Contudo, a principal característica dos *precursores* (Monbeig) ou da chamada *frente de expansão* (Martins) é que tais contingentes raramente contavam com recursos que lhes pudessem, depois, garantir a propriedade de suas posses, como fez Pedro José Neto. Desse modo, tiveram que “negociar sua presença” quando estratos sociais mais poderosos passaram a se interessar por terras ainda incultas localizadas mais a oeste do estado. Quando não

6 Monbeig (1984).

7 Não por acaso foram mineiros os fundadores de um conjunto numeroso de municípios do Oeste Paulista, entre os quais talvez os mais expressivos sejam Ribeirão Preto, Barretos e São José do Rio Preto.

8 Truzzi e Follis (2012).

9 Id. *ibid.*, p. 39.

eram incorporados como agregados das futuras propriedades rurais em que viriam estabelecer-se, eram simplesmente expulsos para zonas mais distantes, resultando num deslocamento progressivo da frente de expansão.

1.3 A frente pioneira avança sobre a frente de expansão, favorecida pela expansão ferroviária

A promulgação da Lei de Terras em 1850, o declínio do regime escravista (com consequente liberação de recursos advindos da desmobilização de plantéis de escravos) e, sobretudo, a crescente expansão da lavoura cafeeira despertaram o interesse de fazendeiros em ocupar novos territórios no interior paulista. Ocorreu, então, o deslocamento geográfico dos investimentos de famílias proprietárias de terra que já eram afazendadas em municípios mais próximos à capital ou que eram provenientes da vizinha província de Minas Gerais.¹⁰ Houve a implantação de propriedades rurais por indivíduos ou famílias com recursos variados de: cartas de sesmarias (até então não ocupadas); poder político e econômico (por exemplo, para comprar papéis e obter escrituras de terras, adquirir terras ainda pouco valorizadas ou ainda ocupar e estender domínios para terras ainda devolutas); armas para ameaçar, forçar a venda ou para expulsar antigos posseiros (da frente de expansão) e se defender.

José de Souza Martins¹¹ designou esse conjunto como *frente pioneira*: indivíduos ou famílias proprietárias, capazes de apropriarem-se da terra por meios diversos e de defendê-la, convertendo-a em valor em um mercado de terras ativo.

As terras mais a oeste do estado valorizaram-se à medida que a fronteira tornou-se economicamente viável. Nesse processo, a expansão da malha ferroviária paulista jogou um papel essencial. Elas viabilizaram – porque tornaram rentável – a exploração econômica de áreas antes desconectadas da exploração agrícola para o mercado mundial, via porto de Santos. A chegada da estrada de ferro a Jundiá “era um marcado e significativo degrau na evolução progressiva da cultura do café e das atividades rurais em geral, como do povoamento *hinterland* do oeste. De fato, a ferrovia, avançando, oferecia transporte aos produtos da lavoura, por preços, em média, dez vezes mais baixos dos que até então vigorantes, efetuados no dorso do mular. É claríssimo que, com isso, o raio, dentro do qual o café poderia ser produzido e exportado, poderia ser alongado e dilatada a área, comportando lavouras de café”.¹²

Antes de serem implantadas as ferrovias, houve, portanto, um movimento especulativo de terras antecipando e vislumbrando a viabilidade da exploração comercial agrícola graças à integração da nova zona em um circuito de comercialização mundial. As famílias de posses, constitutivas da frente pioneira, normalmente anteciparam-se à chegada da ferrovia e, vislumbrando vantagens no futuro (seja para especular com terras, seja para efetivamente desenvolver a produção cafeeira), procuraram adquirir, ocupar ou tomar posse de terras nelas implantando propriedades rurais.

10 Bacellar (1999).

11 Martins (1996).

12 Ellis Junior (1960, p. 177).

O historiador Alfredo Ellis Junior forneceu uma descrição interessante (embora autoglorificante) desse processo ao biografar a trajetória de Francisco da Cunha Bueno (1830-1903), seu avô. Inicialmente afazendado em Indaiatuba, este se deslocou para abrir novas fazendas em Rio Claro, depois em Itaqueri (atual Itirapina) e, finalmente, em Santa Eudóxia, ao norte do município de São Carlos. Em cada uma dessas empreitadas, sempre se antecipou em vários anos à chegada da ferrovia para que as terras fossem adquiridas a um preço melhor, a fazenda fosse formada, e a lavoura de café entrasse em produção em tempo oportuno.¹³

No estado de São Paulo, as ferrovias normalmente perseguiram a ocupação do território, mas, em algumas zonas, como no exemplo da E. F. Noroeste, chegaram a precedê-la.¹⁴ Nesse caso, os trabalhadores que construíram e implantaram a ferrovia em certa medida fizeram o papel da frente de expansão dizimando ou deslocando a população indígena que originalmente habitava o território.¹⁵

1.4 O deslocamento sucessivo da frente pioneira e a derrocada do regime escravista exigem a importação de imigrantes

Com a aproximação da abolição e também depois dela, a expansão do cultivo de café em zonas recém-abertas dependia da importação de mão de obra imigrante, seja para abrir e trabalhar novas terras, seja para substituir escravos em propriedades mais antigas. Os fazendeiros paulistas optaram por trazê-los da Europa e, a partir de 1908, do Japão também. Finalmente entra em cena nosso protagonista principal, o imigrante estrangeiro.

Observe-se, porém, que em todo o processo acima descrito, subjaz um contexto essencial que receberá os imigrantes estrangeiros: o de um estoque de terras disponíveis e de uma fronteira agrícola em contínua expansão que encerra em si uma dinâmica própria, mediada pelos avanços sucessivos da frente de expansão (posseiros) e da frente pioneira (proprietários).

Um exercício interessante é tentar vislumbrar graficamente como evoluiu historicamente, no estado paulista, a frente pioneira. Para isso, tomamos como aproximação¹⁶ os núcleos urbanos mais a oeste do estado em diferentes épocas nas quais recenseamentos foram realizados. Em 1854, por exemplo, conforme ilustra o mapa a seguir, os núcleos urbanos mais a oeste delineavam a frente (do norte para o sul) composta dos municípios de Franca, Batatais, Araraquara, Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Tatuí, Itapetininga e Itapeva.

Dezoito anos depois, a frente havia se deslocado para o oeste, composta agora dos municípios de Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Jaboticabal, Araraquara, Jaú, Lençóis Paulista e Itaporanga.

13 Id. *ibid.*

14 Consultar a Figura 1 do próximo capítulo, que ilustra a expansão da malha ferroviária do estado.

15 Cf. Carvalho (2009).

16 Trata-se tão somente de uma aproximação para fins ilustrativos, pois, obviamente, a frente pioneira antecipou a criação de núcleos urbanos.

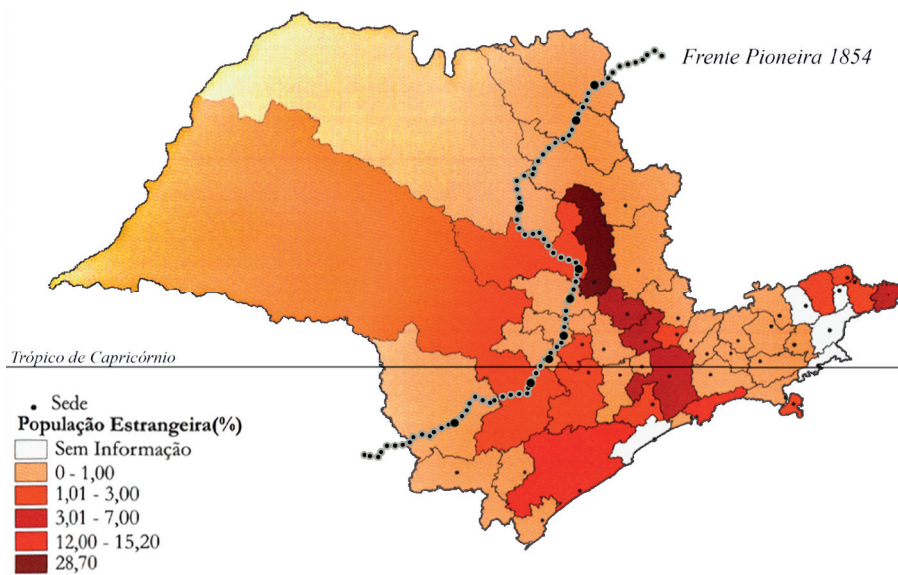


Figura 2 Aproximação da frente pioneira e população estrangeira por município, 1854.

Fonte: adaptada de Bassanezi *et al.*¹⁷

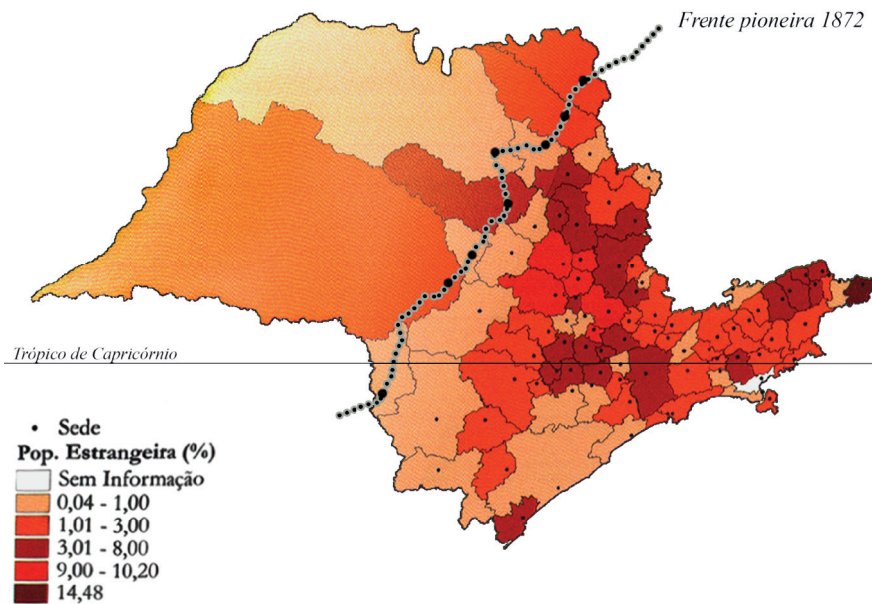


Figura 3 Aproximação da frente pioneira e população estrangeira por município, 1872.

Fonte: adaptada de Bassanezi *et al.*¹⁸

¹⁷ Bassanezi *et al.* (2008).

¹⁸ Id. *ibid.*

No censo de 1886, à medida que novos núcleos urbanos foram sendo formados a oeste, a frente se desloca um pouco mais, agora composta de Igarapava, Batatais, Ribeirão Preto, Jaboticabal, Araraquara, Jaú, Lençóis Paulista, Águas de Santa Bárbara, Santa Cruz do Rio Pardo e Campos Novos Paulista.

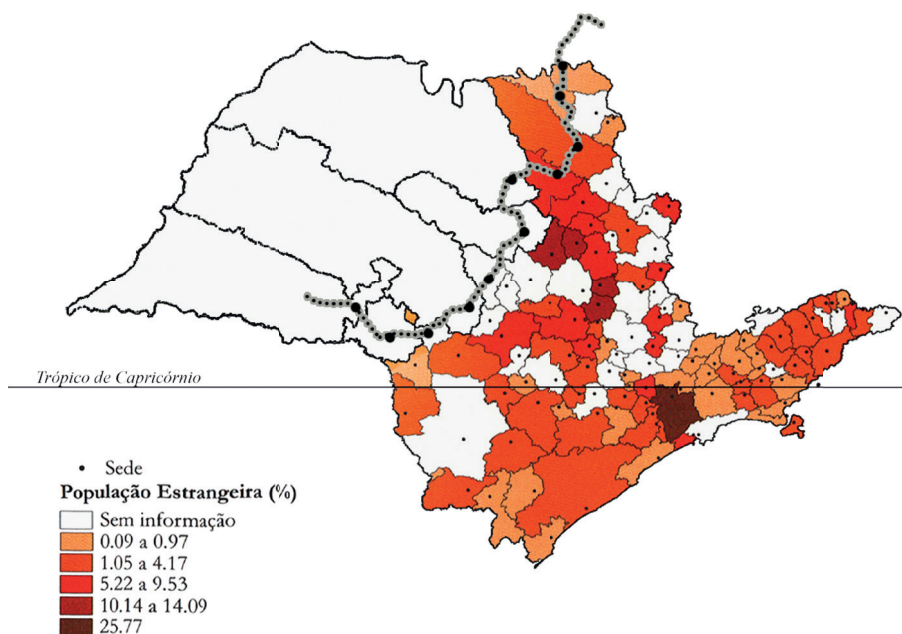


Figura 4 Aproximação da frente pioneira e população estrangeira por município, 1886.

Fonte: adaptada de Bassanezi *et al.*¹⁹

Saltando 34 anos para frente, chegamos ao censo de 1920. Nessa época, a frente pioneira já havia se deslocado consideravelmente para ser formada pelos núcleos de Barretos, Olímpia, São José do Rio Preto, Penápolis e Conceição do Monte Alegre.

¹⁹ Id. *ibid.*

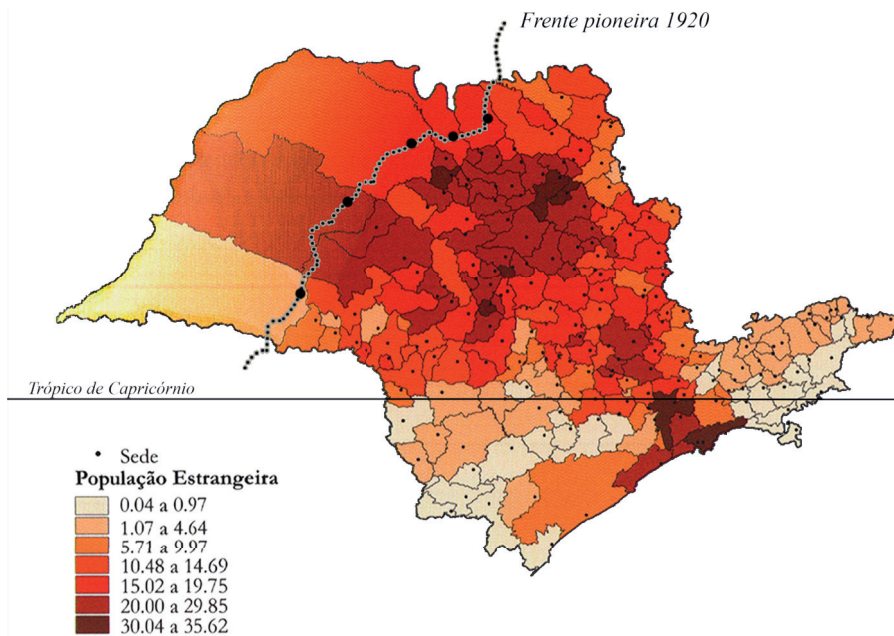


Figura 5 Aproximação da frente pioneira e população estrangeira por município, 1920.

Fonte: adaptada de Bassanezi *et al.*²⁰

Os mapas relativos a 1934 e 1940 encontram-se abaixo representados, com a frente sempre se deslocando no sentido oeste do estado. Em 1934, formada pelos municípios de Olímpia, Tanabi, Monte Aprazível, Araçatuba, Presidente Prudente, Santo Anastácio e Presidente Venceslau. Seis anos depois, em 1940, já incluíam-se os municípios de Paulo de Faria, Tanabi, Pereira Barreto, Andradina, Presidente Venceslau e Presidente Prudente.

20 Id. *ibid.*

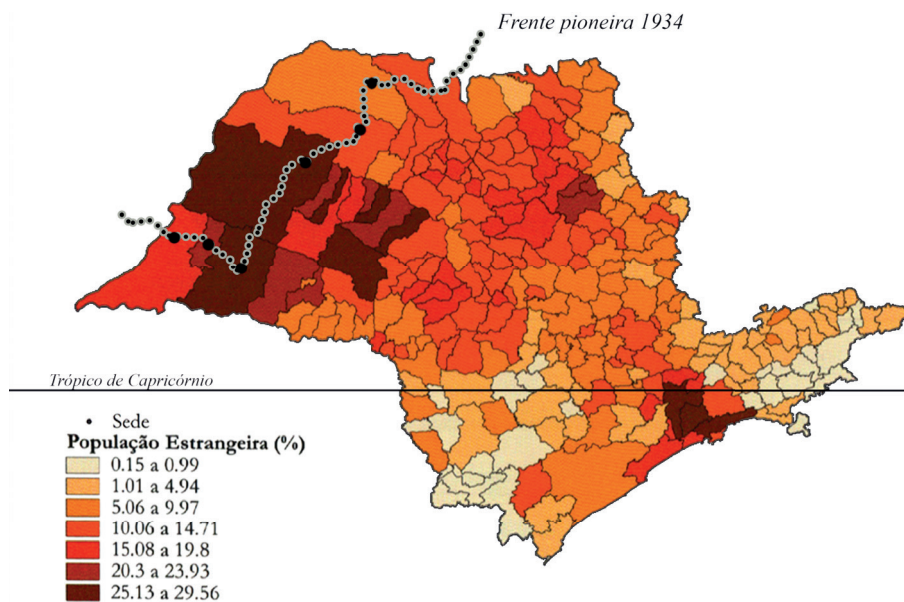


Figura 6 Aproximação da frente pioneira e população estrangeira por município, 1934.

Fonte: adaptada de Bassanezi *et al.*²¹

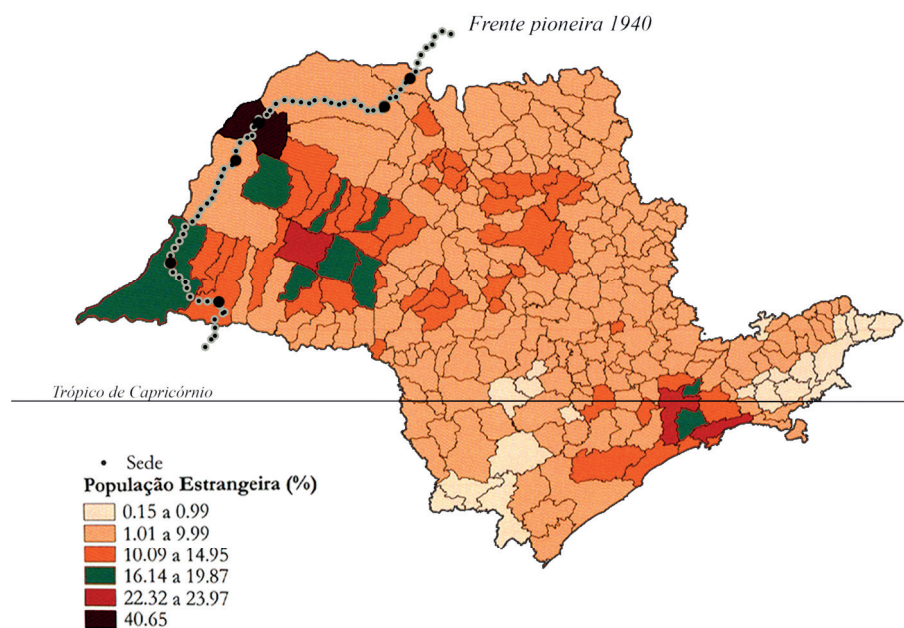


Figura 7 Aproximação da frente pioneira e população estrangeira por município, 1940.

Fonte: adaptada de Bassanezi *et al.*²²

²¹ Id. *ibid.*

²² Id. *ibid.*

Por fim, em 1950, excetuando-se a região do Pontal do Paranapanema, o estado de São Paulo já se encontra praticamente ocupado, com a frente formada pelos municípios de Jales, Pereira Barreto, Andradina, Paulicéia, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau e Pirapozinho.

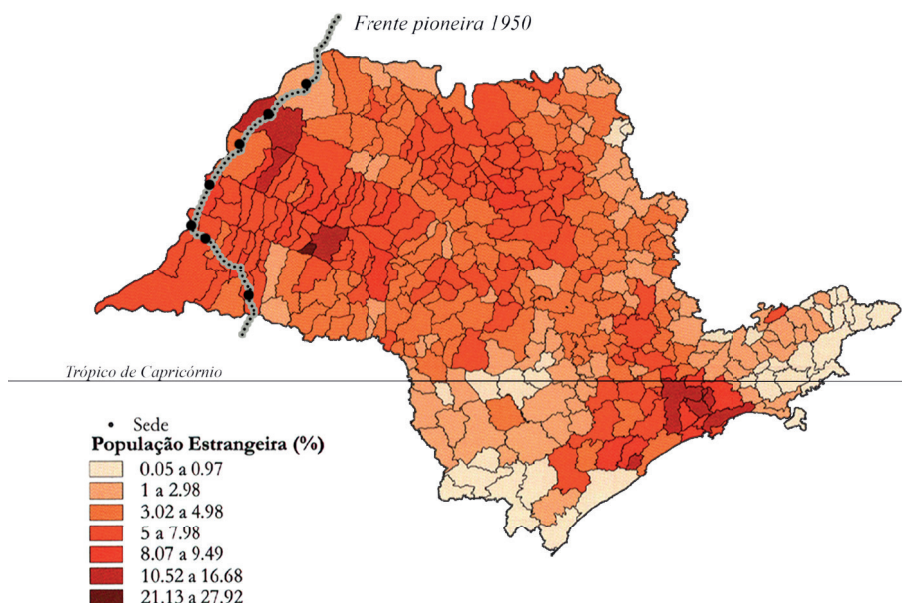


Figura 8 Aproximação da frente pioneira e população estrangeira por município, 1950.

Fonte: adaptada de Bassanezi *et al.*²³

Reitere-se que se trata tão somente de uma aproximação conservadora (no sentido que as frentes pioneiras reais em cada censo com certeza se situavam mais a oeste das linhas acima demarcadas) que leva em conta justamente o surgimento progressivo de novos núcleos urbanos a oeste do estado para simular o avanço da frente pioneira. O interesse de tal simulação é justamente observar o caráter dinâmico de deslocamento da frente pioneira no estado, conforme ilustra o mapa abaixo.

²³ Id. *ibid.*

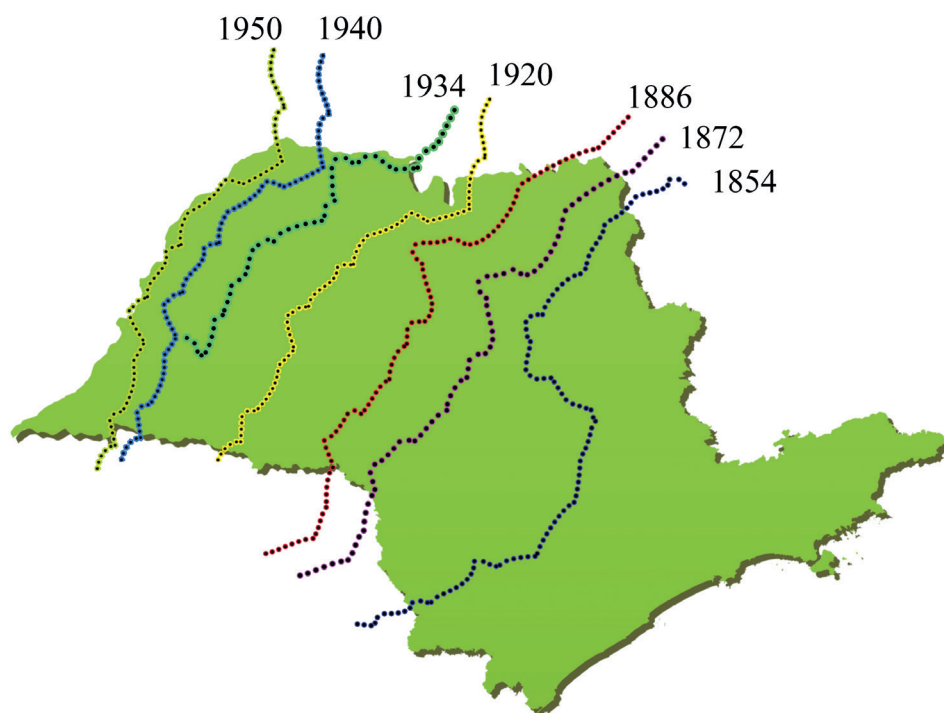


Figura 9 Evolução das frentes pioneiras (1854-1950).

Fonte: elaboração própria.

É oportuno ainda se notar que a evolução das frentes pioneiras guarda certa aproximação aos mapas da marcha do café no estado de São Paulo, elaborados por Sergio Milliet em seu livro *Roteiro do café e outros ensaios*, publicado originalmente em 1935²⁴ e, quatro décadas depois, por Odilon Nogueira de Matos em seu livro “Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira”, publicado originalmente em 1974.

Campinas encontra o apogeu de suas lavouras na década de setenta, e a partir deste município, os trilhos da ferrovia que beneficiavam enormemente o escoamento da produção se bifurcavam em duas frentes: a primeira em direção ao norte da capital, conformando a região da Mogiana, e a segunda em direção ao centro do estado, servido pela Companhia Paulista [...]. Em 1920, e mais ainda em 1934, a produção de café se desloca mais a oeste, atingindo novas áreas. Nesse processo, à medida que o café avança, municípios antigos e enormes são desmembrados, dando origem a uma série de novos municípios.²⁵

²⁴ Consultar a Figura 2 do próximo capítulo desta coletânea.

²⁵ Bassanezi *et al.* (2008, p. 68).

2. DINÂMICA DE IMPLANTAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO TERRITÓRIO E PERCURSOS MIGRATÓRIOS INTERGERACIONAIS

A recolha de trajetórias familiares observadas entre vários grupos étnicos nos sugere um modelo dinâmico em que pelo menos cinco processos concomitantes atuaram.

2.1 *Timing* (anterioridade) de chegada

De modo geral, dentre os grupos que vieram ao interior paulista, aqueles que chegaram mais tarde tiveram que se estabelecer em zonas mais a oeste, mais distantes da capital. O caso paradigmático é quando comparamos italianos e japoneses: os primeiros chegaram em massa entre a véspera da abolição e 1902 e os segundos, a partir de 1908. Não resta dúvida de que os japoneses, proporcionalmente, concentraram-se bem mais a oeste do que os italianos, pois enquanto a chegada massiva destes ocorreu já na última década do século XIX, os anos 1930 constituíram a década em que o fluxo de japoneses foi mais intenso. Tal fato pode ser observado pela distribuição dos dois grupos no Oeste Paulista. No censo de 1920, a maior parte dos 12 municípios que mais abrigavam italianos encontrava-se nas regiões servidas pelas Companhias Paulista e Mogiana. No censo de 1934, a maior parte dos que acolheram japoneses situava-se nas áreas servidas pelas Companhias Noroeste e Sorocabana. Enquanto Ribeirão Preto e Campinas eram os dois municípios do interior do estado que mais abrigavam italianos em 1920, Marília e Araçatuba cumpriam o mesmo papel para o caso dos japoneses em 1934.

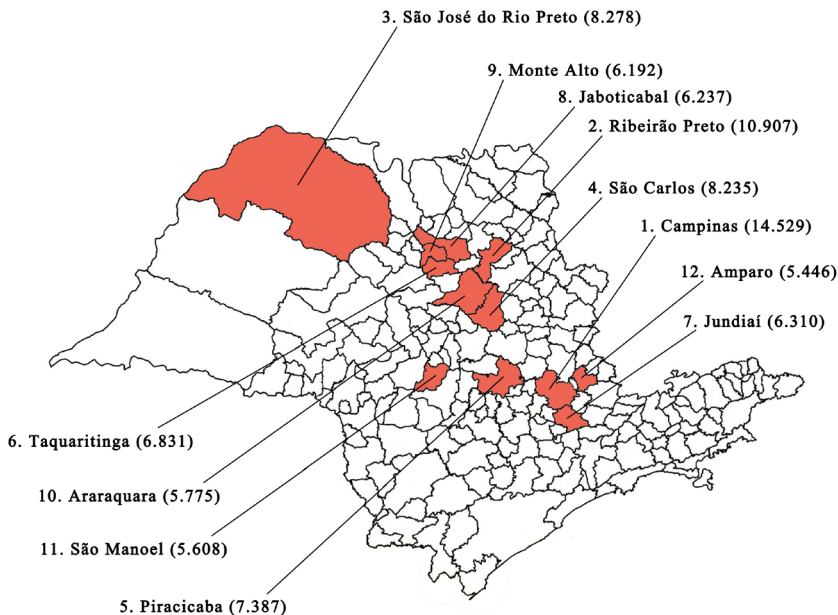


Figura 10 Principais concentrações de italianos no Oeste Paulista, 1920 (número de indivíduos).

Fonte: elaboração própria.

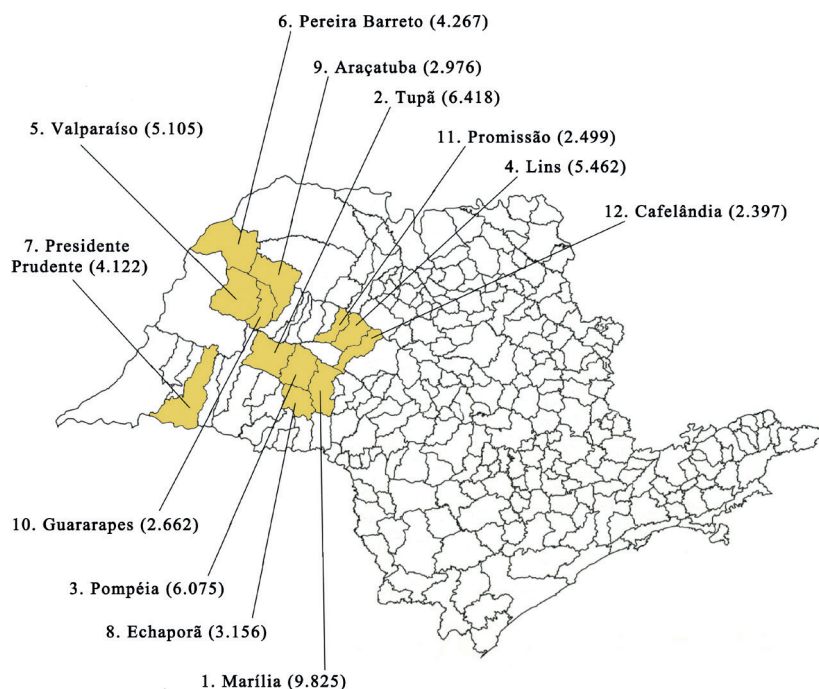


Figura 11 Principais concentrações de japoneses no Oeste Paulista, 1940 (número de indivíduos).

Fonte: elaboração própria.

2.2 Oferta de terras mais produtivas e mais baratas a oeste

Grupos que vieram antes (como os italianos) também se estabeleceram em zonas mais distantes, a oeste, porque se sentiram atraídos por áreas onde as terras eram mais baratas e mais produtivas. Monbeig ponderou ser

bem provável que um bom número de imigrantes, depois de curta passagem pelos grandes domínios, abandonassem-nos e partissem para mais à frente, assim como é certo que, na sua chegada, o imigrante dava preferência às plantações já em ponto de produção, não sendo atraído pelas derrubadas e pelo plantio.²⁶

Tavares de Almeida observou que “o imigrante, quando chegou a Rio Preto, já compreendia o português. Não veio diretamente de seu país. Só alguns sírios e, mais tarde, os japoneses. As etnias de maior densidade, a italiana, a espanhola e a portuguesa, tinham passado em outras zonas”.²⁷ Brandi endossa tal ponto de vista ao apurar que os imigrantes não vinham diretamente para a região, assim que desembarcados

²⁶ Monbeig (1984, p. 174).

²⁷ Almeida (1943, p. 184).

no porto de Santos ou alojados na Hospedaria dos Imigrantes: “a grande maioria imigratória estabelecida em São José do Rio Preto [...] é oriunda de quatro regiões: Ribeirão Preto, Jaboticabal, Araraquara e São Carlos”.²⁸

Também foi muito comum que famílias trabalhassem alguns anos como colonos e, à medida que lograssem constituir algum pecúlio, cumprissem o sonho de tornarem-se proprietárias. Ora, isso era mais fácil de realizar-se em áreas recém-abertas à exploração, mais distantes da capital, onde o preço do alqueire era mais em conta. É por tal razão que encontraremos em 1934 – distante, portanto, do pico da imigração italiana ocorrido ainda no século XIX – uma concentração razoável de italianos em áreas rurais do extremo oeste do estado, segundo ilustra o mapa abaixo.

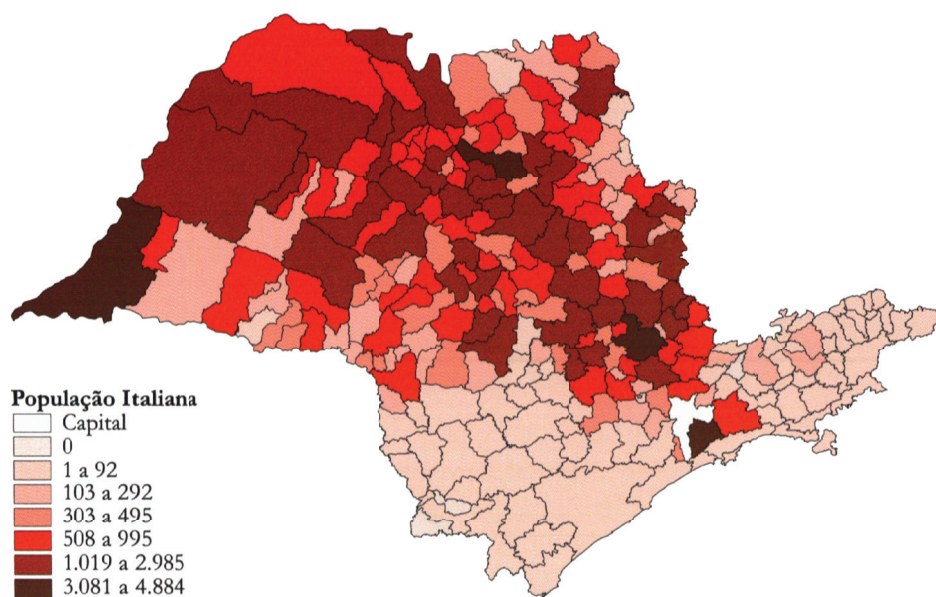


Figura 12 População italiana em área rural, 1934.

Fonte: Bassanezi *et al.*²⁹

As próprias famílias de imigrantes que haviam sido trazidas para o regime de colonato constituíram a demanda potencial para o mercado de terras mais a oeste do estado. Muitas dessas terras haviam sido simplesmente apropriadas ou adquiridas por famílias de implantação mais antiga, que constituíram a frente pioneira, já aludida anteriormente. Com o passar do tempo, vislumbrou-se a oportunidade de lotear grandes glebas de terra ainda virgem para justamente atender ao sonho acalentado pelos imigrantes de tornarem-se proprietários, como ilustra o anúncio a seguir.

²⁸ Brandi (2012, p. 389).

²⁹ Bassanezi *et al.* (2008).

ALBUM ILLUSTRADO DA COMARCA DE RIO PRETO

Empresa Paulista de Colonização Ltda.
Rua Plínio de Godoy, 15
Rio Preto

TERRAS em Araçatuba, na Noroeste.
as melhores terras de cultura do Estado.

Ainda dispomos de algumas glebas, na fazenda Baguassú, onde já vendemos mais de 15.000 alqueires, em pequenos lotes, para pequenos lavradores, que já plantaram mais de dois milhões de pés de café. Nessas terras, os cafeeiros produzem 100 arrobas por mil pés, no quarto anno.

Negócios á vista e a prestações. Lotes de 10 alqueires para cima.

Cidade do Fructal.—Na segunda estação da nova Noroeste, localizada nessas terras, está sendo formada a CIDADE DO FRUCTAL, a mais futura da zona, devido a grande quantidade de sítios e pequenas fazendas que a rodeiam. Vendemos, nessa cidade, magníficos lotes de terrenos.

A Empresa Paulista de Colonização Ltda. encarrega-se da venda, em lotes, de grandes glebas de terras de cultura neste Estado, sempre que sobre a legitimidade das mesmas não haja duvida nenhuma.

Todas as informações serão prestadas aos interessados na

Companhia Paulista de Colonização Ltda.
em RIO PRETO

Ou na sua agencia, em Araçatuba.

Figura 13 Anúncio da Empresa Paulista de Colonização Ltda.

Fonte: Cavalheiro.³⁰

De acordo com Monbeig,³¹ após a crise de 1929, tal processo só se acirrou, pois os grandes fazendeiros, agrupados em sociedades ou recorrendo a vendedores, logo procuraram compensar suas perdas desfazendo-se de parte de suas terras principalmente em áreas mais distantes.

Como dificilmente encontrariam compradores para grandes extensões de terras, optaram por retalhar as propriedades, já que havia muitos com-

³⁰ Cavalheiro (1929).

³¹ Monbeig (1984).

pradores interessados em pequenos lotes, dentre eles imigrantes, trabalhadores de plantações arruinadas ou colonos que sofreram menos com a crise do que seus patrões.³²

Do mesmo modo, Lenharo³³ observou que a crise do café golpeava o latifúndio, o que desencadeou a divisão de várias propriedades e sua venda para pequenos agricultores.

Na região de Presidente Prudente e em seu entorno, os loteamentos de grandes glebas em pequenas propriedades constituíram um sistema de vendas a prazo mais dinâmico, especificamente voltado às famílias rurais de imigrantes (e também nacionais) das chamadas “zonas velhas”, embaladas pelo sonho de tornarem-se proprietárias.

Esta procura de terras virgens para o café por pessoas de poucas posses ajuda a explicar o aparecimento dos loteamentos, sem contar as companhias estrangeiras que se formaram com o intuito de adquirir grandes glebas e formar colônias em lotes para localizar os imigrantes de seus países [...]. A busca de solos virgens para o café, a especulação com terras e a colonização pelo loteamento de grandes glebas resumem as características do povoamento da Alta Sorocabana. Os núcleos urbanos surgiram como pontos de apoio para a exploração econômica da região.³⁴

Tome-se como exemplo a trajetória da família Campregher. Antonio chegou ao Brasil solteiro, com 30 anos, em 1888, proveniente de uma pequena aldeia da província de Trento. Instalou-se em São Carlos, como colono, logo se casou com Giuseppina Cecconato, dezessete anos mais nova, nascida na província de Treviso. Em agosto de 1893, nasceu a primeira filha do casal, Elisa. Quando ela tinha apenas 40 dias, a família decidiu mudar-se para Ibitinga, cerca de 130 quilômetros mais a oeste. Quando completou 20 anos, Elisa casou-se nessa mesma cidade com o italiano Francesco Turco, nascido na província de Chieti, que chegou ao Brasil muito jovem. Este, depois trabalhar como colono, passou a formar cafezais para outros proprietários rurais. O casal teve oito filhos. Foi somente depois da crise de 1930, que Francesco logrou adquirir um sítio de 12 alqueires, onde viveram, criaram seus oito filhos e faleceram (Antonio, em 1952, e Elisa, em 1967).

A aspiração de adquirir uma propriedade rural, entretanto, nem sempre era bem-sucedida. Domenico Antonio Parizzi nasceu em 1868 em um pequeno distrito, Ceramida, pertencente ao município de Bagnara Calabra, na região da Calábria. Chegou só ao Brasil em 1893, com 24 anos. Quatro anos depois, chegou seu irmão mais velho, Giuseppe, acompanhado de sua esposa e um filho. Em 1900, Domenico casou-se em São Carlos com uma italiana, Assunta Sciampi, e logo tiveram o primeiro filho, Felipe, nascido em 1902. Foi também em 1902 que outro irmão de Domenico, Giovanni, chegou da Itália.

32 Oliveira, G. ([2009] 2019).

33 Lenharo (1986).

34 Abreu (1972, p. 37, 42).

Um censo municipal de 1907, realizado em São Carlos, atesta que, na época, os três irmãos e suas respectivas famílias formavam três casais que, juntos, contavam com dez filhos e residiam na mesma fazenda pertencente à família Arruda Botelho. Eles eram humildes, analfabetos e sempre se empregaram no colonato. Em 1922, Felipe, já com 20 anos, casou-se com a filha de um austríaco, Albina Iuga, e permaneceu no colonato três décadas depois da chegada de seu pai ao Brasil. Em 1923, o primeiro filho do casal faleceu logo depois do parto e foi sepultado em São Carlos. Logo em seguida, toda a família também se trasladou para Ibitinga, onde nasceu a primeira filha, Rosa, em 1925. Domenico faleceu em 1951, e sua esposa, alguns anos depois, ambos em Ibitinga. Os filhos de Domenico permaneceram nesse município até o início dos anos 1950. Embora a família tenha trabalhado no campo por quase seis décadas, ela jamais alcançou a condição de proprietária rural. O máximo que seus membros lograram foi trabalhar como arrendatários ou meeiros.

2.3 Estratégias relacionais produzindo efeitos de concentração étnica em determinadas regiões e municípios

Entre os diferentes grupos étnicos que chegaram ao interior paulista, a maior ou menor valorização do convívio propriamente étnico pelas famílias aqui chegadas também em parte influenciou tanto permanências quanto deslocamentos familiares, direcionando percursos. Redes de solidariedade, associativismo e mesmo a presença de lideranças locais acabaram – mais para alguns grupos do que para outros – produzindo seus efeitos sobre a implantação das famílias no território paulista. O caso mais gritante é o dos japoneses.

De modo muito mais contundente do que italianos, espanhóis e portugueses estabelecidos no meio rural, é notável que os colonos japoneses, influenciados por tradições culturais trazidas da terra de origem – em particular, a valorização da educação dos filhos –, tenham logrado aglutinar-se e organizar-se, mesmo sob o regime de colonato. “Mesmo em fazendas de proprietário brasileiro, quando trabalhavam muitos lavradores de parceria e colonos em grande número, organizava-se uma associação de japoneses”.³⁵ E a primeira providência da associação recém-fundada era justamente organizar uma escola. A existência de escolas exerceu um efeito de concentração, pois provocava mudanças de imigrantes para determinadas localidades, justamente por causa da possibilidade de educar os filhos em estabelecimento onde se ensinava tanto o novo idioma quanto o dos antepassados.

Tal padrão foi depois reforçado pelo apoio do governo japonês em pelo menos três frentes: a) apoio à instalação e ao funcionamento das escolas; b) intervenção, associada à companhias de colonização japonesas, no sentido de facilitar a transição do duro regime de colonato à aquisição da pequena propriedade rural, via implantação

³⁵ Uma Epopeia (1992, p. 209).

de colônias;³⁶ c) fomento à criação de cooperativas no intuito de viabilizar financeiramente tais colônias.³⁷

Certamente essas posturas, tanto das famílias emigradas quanto do governo japonês, incentivaram uma intensa mobilidade espacial do grupo,³⁸ adensando a coesão étnica e o desejo de conviver entre conterrâneos. Daí a consequência de determinados municípios e regiões do Oeste Paulista³⁹ aglutinarem colônias numerosas de japoneses e descendentes.

Embora portando mais vigor e motivações singulares, a concentração de japoneses não foi ocorrência isolada. Em 1923, uma colônia que reunia alemães da Suábia foi inaugurada no município de Presidente Venceslau, sob a iniciativa de Fritz Keller, agente alemão intermediário da Companhia Mendes Campos Filho, grande proprietária de terras no município. Em menos de uma década, a colônia (conhecida como Aymoré), desde o início formada por proprietários, adensou-se abrigando mais de quatro centenas de indivíduos, com os imigrantes germânicos “atraídos agora não apenas pelas facilidades em adquirir uma pequena propriedade, como também por se encontrar, previamente estabelecida, uma colônia de conterrâneos na região”.⁴⁰

Outros grupos também acabaram elegendo determinados municípios como foco de aglutinação, não tanto pelo deleite do convívio étnico ou pelo empenho de seus governos de origem em acompanhar e facilitar a vida das famílias emigradas, como no caso japonês, mas sobretudo pelo efeito de redes migratórias que, em alguns casos, estabeleceram-se. Pode-se citar como exemplo o caso de sírios e libaneses cujo fluxo, alheio à política migratória subsidiada praticada pelo governo paulista, sempre dependeu bastante da importação de parentes e conterrâneos.⁴¹ Estabeleceram-se assim, em determinados municípios do interior, contingentes expressivos de famílias oriundas de localidades específicas, como os procedentes da minúscula Kfarhamam em Barretos, Colina e Jaborandi,⁴² ou ainda os de Hasbaya, em Bariri,⁴³ ambos povoados situados ao sul do Líbano.

De certa forma, como notou Cardoso em relação aos japoneses, “o grupo étnico funcionou como uma grande rede de informação e apoio que facilitou tanto a localização dos imigrantes em núcleos quanto o seu desenvolvimento”.⁴⁴

Mesmo os italianos, bastante volumosos e espalhados territorialmente, não escaparam de certo modo a tal condição, como demonstra o predomínio de mantovanos em Ribeirãozinho (atual Taquaritinga), dos *oriundi* de Potenza (na Basilicata) em Mococa, de *venetos* em São José do Rio Pardo⁴⁵ e de calabreses nas zonas urbanas de Jaú⁴⁶ e São Carlos.⁴⁷

36 Tome-se como exemplo a fundação de Bastos e de Álvares Machado, entre outros municípios da região (ABREU, 1972, TAKENAKA, 2003).

37 Seabra (1977, p. 33).

38 Suzuki (1969, p. 200).

39 Especialmente – mas não exclusivamente – a zona servida pela estrada de ferro Noroeste ao longo dos anos 1920 e 1930.

40 Soares (2009, p. 27).

41 Truzzi (2008).

42 Drubi (1998).

43 Greiber *et al.* (1998, p. 251).

44 Cardoso (1995, p. 59).

45 Alvim (1986, p. 64-65).

46 Oliveira, F. (2008).

47 Truzzi (2008).

É razoável supor que a campanha de nacionalização encetada por Vargas no ocaso dos anos 1930, ao minar a organização étnica das colônias (fechando escolas, associações e jornais), tenha desfavorecido os focos de concentração étnica – particularmente de japoneses e alemães acima mencionados, ambos chegados mais tardiamente e também mais visados. Abaixo, na Figura 14, o percurso da família Nagano é ilustrativo a esse respeito. Porém, é provável que tal efeito (de desconcentração étnica) tenha sido produzido, pelo menos em parte, pelo advento de uma nova geração de filhos de imigrantes, brasileiros, como se notará oportunamente.

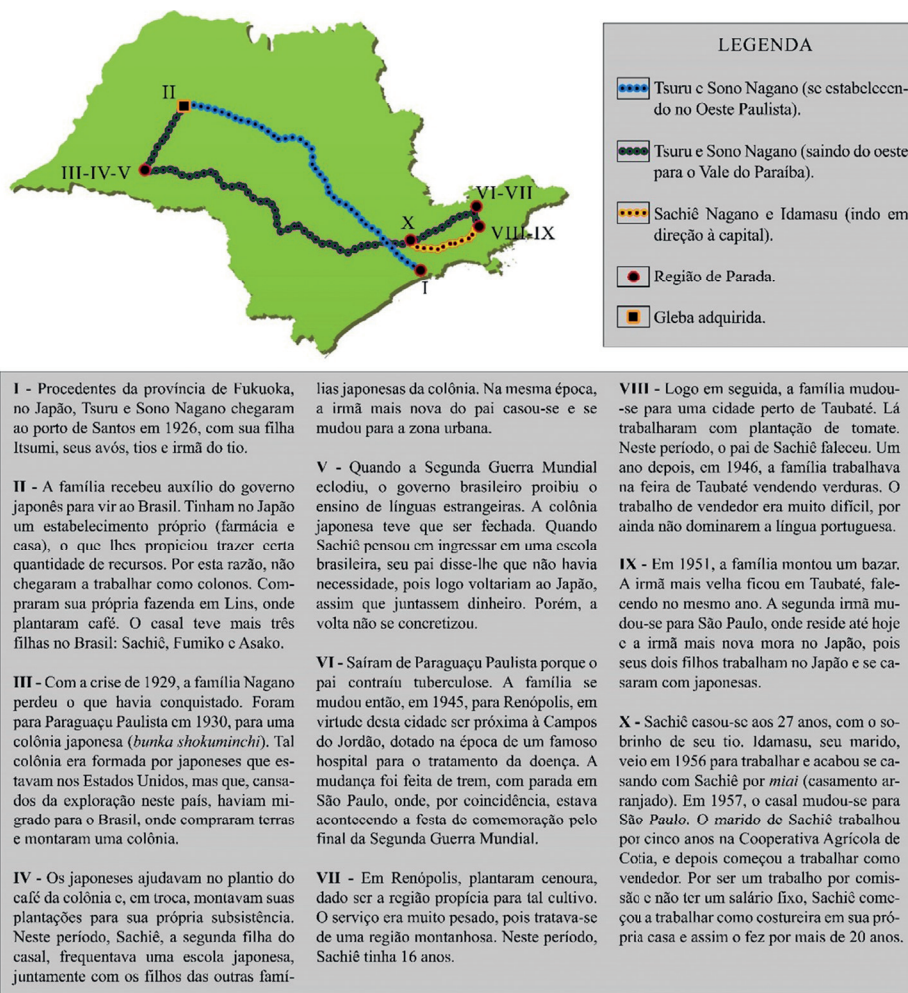


Figura 14 Percurso da família Nagano.

Fonte: entrevista com Sachiê Nagano.

2.4 Êxodo rural em direção a zonas urbanas de municípios maiores e à capital do estado

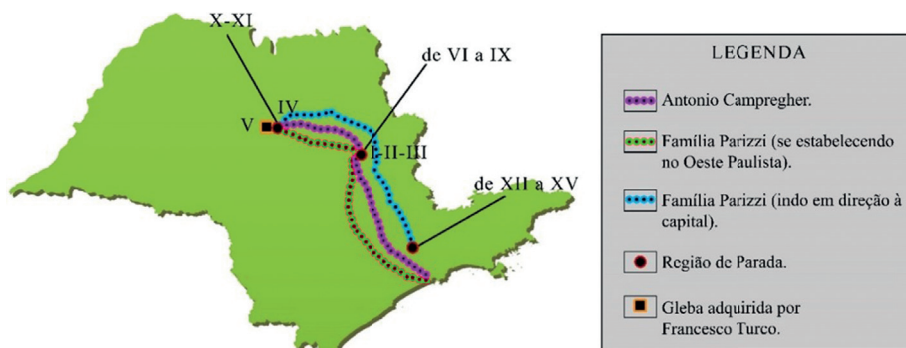
Sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1930, o esvaziamento demográfico progressivo das zonas rurais conduziu muitas famílias de imigrantes e seus descendentes a tentar a vida na capital ou em centros urbanos. Voltemos ao caso da família Parizzi. No início dos anos 1950, a família mudou-se para São Paulo, instalando-se em uma vila (cortiço) no bairro da Água Rasa. Em 1950, o filho mais velho de Felipe, Domingos, arrumou um emprego na Companhia Antarctica como entregador de bebidas. Assim que obteve habilitação para conduzir, Domingos mudou de função e casou-se em 1953 com Anna Turco (uma das filhas de Francesco Turco e Elisa Campregher, já mencionados), que namorava desde que residia em Ibitinga. Domingos aposentou-se como motorista da Antarctica e faleceu na capital em 1989, dois anos depois de sua esposa Anna.⁴⁸

Tanto o processo inicialmente descrito, de deslocamento de imigrantes para zonas rurais pioneiras, quanto a urbanização acelerada foram admiravelmente percebidos pelo olhar arguto de Antonio Candido:

Podemos então ver que o café foi, quase sempre, fator de surtos demográficos, que cederam quando a prosperidade por ele determinada não deu lugar a outro tipo de produção ou atividade, mormente as de caráter urbano. Sob esse aspecto é instrutiva a comparação das curvas de São Manuel e Botucatu. Aquela, subindo vertiginosamente para cair depois de modo acentuado, embora a produção de café em arrobas não tenha caído proporcionalmente, indica município monocultor sem outros meios de fixar a população. Esta, mantendo-se ascendente em todas as etapas, revela a importância comercial e industrial logo adquirida pela sede. A esse respeito, é decisiva a comparação dos dados de 1940 e 1950. Foi o decênio da grande prova, em que o surto industrial e a miragem das novas zonas pioneiras atraíram centenas de milhares de trabalhadores e sitiantes das zonas velhas [...]. A impressão resultante é que, nas zonas velhas, os municípios agrícolas, grandes e pequenos, caem demograficamente se não conseguem condições duradouras de urbanização. A urbanização dos centros regionais, como Botucatu, Itapetininga, Tatuí e sobretudo Sorocaba, faz-se à custa das perdas demográficas das zonas rurais tributárias.⁴⁹

48 Ironicamente, depois de se casar, sua filha mudou-se em 1983 para São Carlos (onde para a família tudo começou, no Brasil), lá residindo até os dias de hoje.

49 Candido (1964, p. 19-20).



Famílias Campregher e Turco:

I - Antonio Campregher nasceu em uma pequena aldeia na província de Trento, Itália. Emigrou para o Brasil quando tinha 30 anos, em 1888.

II - Em seguida, dirigiu-se para São Carlos, onde conheceu e se casou com Giuseppina Ceconato, com 13 anos, nascida na Província de Treviso.

III - Em agosto de 1893, nasceu a primeira filha do casal, Elisa Campregher.

IV - Quando Elisa completou quarenta dias, a família decidiu migrar para Ibitinga, cerca de 130 quilômetros mais distante a oeste, em relação à São Carlos.

V - Em Ibitinga, com 20 anos de idade, Elisa casou-se com o italiano Francesco Turco - nascido na província de Chieti e que chegou ao Brasil muito jovem. Francesco, após trabalhar como colono, passou a formar cafezais para outros proprietários rurais. Foi somente após a crise de 1930, que a família logrou adquirir um sítio de doze alqueires, onde viveram, criaram seus oito filhos e faleceram (Antonio, em 1952 e Elisa, em 1967).

Família Parizzi:

VI - Domenico, Giuseppe e Giovanni Parizzi eram irmãos, provenientes de Cerami-

da, um distrito pertencente ao município de Bagnara Calabra, na região da Calábria. O primeiro nasceu em 1868 e veio para o Brasil em 1893, com 24 anos de idade. No ano de 1897, também chegou ao Brasil seu irmão mais velho, Giuseppe Parizzi, juntamente com sua esposa e um filho. O terceiro, Giovanni, veio em 1902.

VII - Em 1900, Domenico casou-se em São Carlos com uma italiana chamada Assunta Sciampi e, dois anos depois, em 1902, tiveram seu primeiro filho Felipe.

VIII - Em 1907, os três irmãos Parizzi, juntamente com suas respectivas famílias, formavam 3 casais que, juntos, contavam com 10 filhos. Todos residiam em uma fazenda da família Arruda Botelho. Eram humildes, analfabetos e sempre se empregaram no colonato.

IX - Em 1922, Felipe, filho de Domenico e Assunta, casou-se aos 20 anos com a filha de um austríaco, chamada Albina Iuga. Permaneceram no colonato, mesmo após 30 anos da chegada de seu pai ao Brasil.

X - Em 1923, Felipe e Albina tiveram seu primeiro filho, que morreu após o parto e foi sepultado em São Carlos. Após este episódio, toda a família Parizzi migrou para Ibitinga, onde nasceu a primeira filha,

Rosa, em 1925.

XI - Domenico faleceu em 1951 e sua esposa alguns anos depois, ambos em Ibitinga. Seus filhos permaneceram em Ibitinga até então. Mesmo que a família tenha trabalhado no campo por quase seis décadas, esta jamais alcançou a condição de proprietária rural. O máximo que seus membros lograram foi trabalharem como arrendatários ou meeiros.

XII - No início dos anos de 1950, a família Parizzi se mudou para São Paulo, instalando-se em uma vila (cortiço) no bairro da Água Rasa.

XIII - Em 1950, o filho homem mais velho de Felipe, Domingos, conseguiu emprego na Companhia Antarctica, como entregador de bebidas.

XIV - Assim que obteve habilitação para conduzir, Domingos mudou de função e casou-se em 1953 com Anna Turco (uma das filhas de Francesco Turco e Elisa Campregher, já mencionados), com quem namorava desde que residia em Ibitinga.

XV - Domingos aposentou-se como motorista da Companhia Antarctica e faleceu na capital em 1989, dois anos depois de sua esposa Anna.

Figura 15 Percurso das famílias Campregher, Turco e Parizzi.

Fonte: entrevistas com Mario Turco, Deraldino Parizzi e Roseli Parizzi.

2.5 Fracionamento de grandes propriedades decadentes em zonas antigas

No meio propriamente rural, a crise dos anos 1930 também ocasionou fracionamentos de grandes e antigas propriedades, abrindo novas oportunidades para que famílias de imigrantes pudessem instalar-se como pequenos proprietários. Tal processo tendeu a ocorrer sobretudo em zonas mais antigas e decadentes (portanto mais

a leste), em que cafeeiros velhos e solos esgotados combinavam-se para deprimir a produtividade dos cafezais.

Nos anos 1930, Milliet captou tal fenômeno em vários municípios do interior paulista, todos eles situados em zonas mais antigas. Referiu-se a Atibaia-Bragança como uma região abandonada pelo café e invadida pela policultura. Ele observou condições semelhantes em Sorocaba, onde o índice de crescimento da pequena propriedade passou de 100 a 179 em apenas cinco anos, de 1930 a 1935. Sobre Campinas, verificou que

[...] nesta região, já o latifúndio constitui francamente uma exceção. E vai desaparecendo com rapidez. Tanto o índice negativo de crescimento (100 para 60) como a porcentagem de sua contribuição para o conjunto, bem o revelam. Paralelamente decai a grande propriedade, ambas em benefício das propriedades pequenas e médias [...]. Por outro lado, dentro da mesma região, Jundiaí é hoje um centro industrial importante e, do ponto de vista agrícola, zona fruticultora por excelência. A região apresenta, portanto, todos os caracteres favoráveis ao desenvolvimento da pequena propriedade: boas terras, comunicações fáceis, centros consumidores próximos, ausência de culturas extensivas.⁵⁰

No estado de São Paulo, provavelmente a experiência mais relevante no sentido de retalhar antigas propriedades foi a da CAIC, Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Fundada em 1928 como Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil (CGICB) por acionistas da Companhia Paulista, o objetivo inicial da empresa era o de fornecer braços à agricultura, inclusive abrindo espaços para o avanço dos trilhos da estrada de ferro. Entretanto, vinda a crise de 1929, a CGICB assumir a tarefa de lotear grandes latifúndios de café, principalmente na zona de Ribeirão Preto. Nessa nova fase de seu trabalho de colonização, operou inicialmente nas chamadas “zonas velhas”, dentro da área de atuação da Companhia Paulista, mas logo seus empreendimento estenderam-se a outras regiões do estado.

Em outubro de 1934, a empresa mudou seu nome para Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), mais adaptado à sua nova atuação, focada no loteamento de pequenas propriedades voltadas à policultura de mão de obra familiar.

Segundo Carneiro,⁵¹ as terras foram sendo vendidas com muita facilidade, seus negócios foram prosperando, o que fez com que a empresa ampliasse seus investimentos rapidamente. Com o passar dos anos, a Companhia deixou de atuar somente na “Zona Velha” e, por fim, acabou estendendo seus negócios a todas as regiões do estado: Mogiana, Paulista, Sorocabana, Noroeste e Araraquarense.

50 Milliet (1939, p. 87-89).

51 Carneiro (1985).

Ao longo de seus trinta e três anos de atuação, apenas a CAIC atingiu a marca de oito mil lotes de terras vendidos, exercendo influência na fundação de vários municípios nucleados a partir das sedes de grandes fazendas por ela loteadas.⁵²

2.6 Busca de oportunidades para os filhos

A partir dos anos 1930, 1940 e 1950, também não foi incomum que famílias de imigrantes deslocassem-se de áreas mais remotas do interior para a capital ou para municípios mais a leste em busca de oportunidades para seus filhos estudarem ou mesmo se casarem dentro da colônia. Há muitos exemplos nesse sentido. Entre japoneses, grupo que realizou a migração mais tardiamente em relação a outros, tal processo tendeu a ocorrer mais tarde.

Famílias judaicas também, que, inicialmente, mascatearam e abriram lojas pelo interior, tenderam depois a se concentrar na capital, onde o mercado matrimonial para os filhos conservarem-se na religião era mais promissor. Considere-se a trajetória dos irmãos poloneses Pejsach e Moisés Muszkat. O primeiro chegou ao Brasil em 1929, com 22 anos e estabeleceu-se em São Carlos, onde se empregou como funcionário de Salomão Schevs, um comerciante de tecidos de origem lituana, já bem estabelecido na cidade. Três anos depois, chegou Moisés. Os dois irmãos atuaram como mascates, vendendo de porta em porta (de bicicleta e de charrete) e, a partir de São Carlos, também percorriam de trem as zonas da Douradense e da Alta Paulista. Em 1933, conseguiram eles próprios estabelecerem-se com uma loja, a Casa Progresso, na rua de maior comércio de São Carlos. Encerrada a fase de mascateação, Moisés casou-se no mesmo ano com Sônia, prima que importou da Polônia, com quem teve três filhos, nascidos em São Carlos. Em 1942, Moisés decidiu mudar-se para São Paulo, “para aumentar a interação com a comunidade judaica” e para ampliar as oportunidades de estudo para os filhos. Na capital, tornou-se um empresário bem-sucedido ao fundar uma loja de tecidos na rua Santa Ifigênia, depois uma loja de tapetes, O Rei dos Tapetes, no Bom Retiro, em seguida, uma construtora e, mais tarde, um banco. Todos os filhos de Moisés e Sônia (os três nascidos em São Carlos mais um que já nasceu em São Paulo) casaram-se na colônia judaica. Pejsach permaneceu solteiro até 1946, teve quatro filhos, mas permaneceu em São Carlos, onde faleceu em 1982. Como a colônia judaica em São Carlos era bem menor, composta de apenas cerca de uma dezena de famílias, é significativo que apenas um dos filhos de Pejsach tenha se casado na colônia, justamente aquele que saiu de São Carlos e que foi residir na capital.

⁵² O município de Adamantina, situado entre Presidente Prudente e Araçatuba, é um exemplo. Em 1937, a CAIC iniciou a colonização das terras de propriedade da companhia canadense Boston Cattle Company, compreendidas no espigão do Feio-Aguapeí ao longo do prolongamento da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Foram abertas várias estradas de penetração, e dois anos depois a CAIC procedeu à derrubada de 40 alqueires de matas para formação do patrimônio.

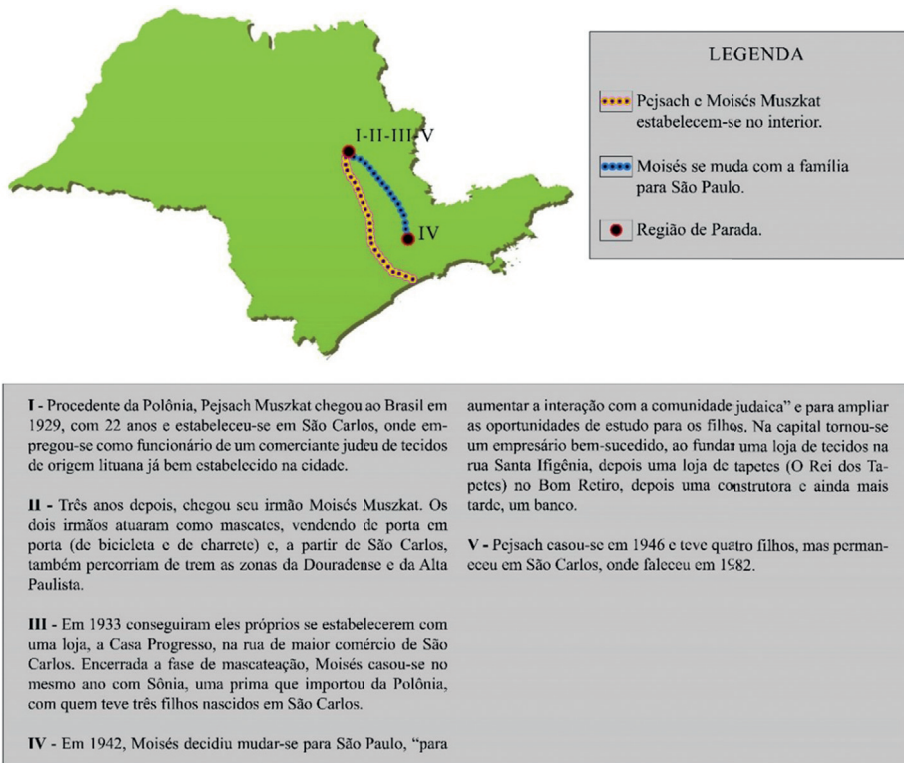
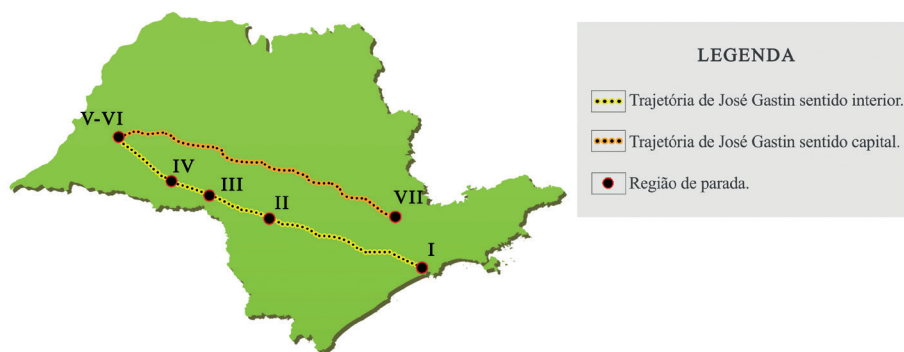


Figura 16 Percurso da família Muszkat.

Fonte: entrevista com Estevão Muszkat.

Outra trajetória pesquisada, agora de um libanês, ilustra as diversas fases da atividade empresarial (de mascate a industrial), bem como a decisão final de estabelecer-se na capital, em parte pelo anseio de ver os filhos formados.



I - Procedente do Líbano, chegou ao porto de Santos no dia 2 de novembro de 1902, com menos de 17 anos de idade.

II - Foi logo para Avaré, onde seus irmãos tinham comércio.

III - Após oito dias, mudou-se para Salto Grande, para mascatear, José recebia mercadorias dos irmãos, para depois ressarcir-lhes com o dinheiro que ganhava. Dez anos depois de sua chegada, em 1912, José se casou com uma prima irmã, que veio do Líbano.

IV - Em 1914, mudou-se para Palmital. Nesta cidade se estabeleceu e abriu um botequim.

V - No ano de 1923, a família mudou-se para Presidente Bernardes, onde todos os seus filhos nasceram. O município era pouco urbanizado na época. José montou uma loja de tecidos e de gêneros alimentícios.

VI - Em 1928, comprou uma máquina alemã para beneficiar arroz e também uma máquina de café. Construiu um prédio em Presidente Bernardes.

VII - Em 1941, mudou-se para São Paulo, porque queria que os filhos estudassem e também porque havia acumulado prejuízos com as máquinas em Presidente Bernardes. Em São Paulo, comprou uma fábrica de tecidos de seda e se tornou industrial.

Figura 17 Percurso da família Gastin.

Fonte: Greiber *et al.*⁵³

A resultante final dos processos acima descritos aponta para certa dinâmica referente à implantação de grupos migratórios no território paulista, que pode ser condensada no mapa a seguir.

⁵³ Greiber *et al.* (1998).



Figura 18 Dinâmica da implantação de grupos migratórios no território paulista.

Fonte: elaboração própria.

É nesse sentido que se torna apropriado utilizar o conceito que denominamos “**percursos migratórios familiares**”. Ele procura descrever as **sucessivas etapas** definidas pela mobilidade espacial que as famílias de imigrantes tiveram que enfrentar desde sua saída da terra de origem. Trata-se também de um percurso com características **intergeracionais**, isto é, que é vivenciado por gerações sucessivas.⁵⁴

Sugere-se que tais percursos sejam assinalados por **pontos de inflexão**, que podem significar tanto a decisão de emigrar quanto a decisão por um novo deslocamento familiar ou, ainda, o estabelecimento mais duradouro de uma determinada família em um determinado contexto.

Os pontos de inflexão obedecem às estratégias familiares, tecidas e avaliadas em termos de oportunidades (de deslocar-se ou de permanecer), com base nas informações disponíveis às famílias migrantes e fornecidas por agentes de propaganda, parentes, conterrâneos, empresas de loteamento de imóveis, tanto rurais quanto urbanos etc.

Nossa hipótese é que influenciam a definição de tais pontos de inflexão e, por decorrência, tais percursos migratórios: a) a expectativa de um melhor emprego e consequente busca de um padrão de renda familiar mais elevado (evidenciados pela alta mobilidade dos colonos entre fazendas, influenciada, por sua vez, pela permissão ou não para criar animais e cultivar pequenas lavouras de subsistência,

⁵⁴ Assinala-se aqui a inspiração da obra de Gribaudi (1987).

de praticar cultura intercalar, de relacionar-se de modo satisfatório com o padrão etc.); b) os limites impostos pela capacidade de reprodução familiar em uma dada situação; c) a possibilidade de aquisição de uma propriedade rural ou de um imóvel urbano; d) a oportunidade de alguém da família inserir-se em empregos na indústria ou no comércio ou de montar um negócio próprio; e) as alterações na estrutura e autoridade familiar, processos de reunificação familiar (ou, ao contrário, de casais jovens tornarem-se independentes da tutela patriarcal); f) a busca de oportunidades para filhos estudarem ou casarem-se.

Embora tal modelo seja aqui aplicado especificamente à trajetórias de famílias imigrantes estrangeiras, é razoável se supor que o mesmo possa também fazer sentido, ao menos em certos aspectos, a outros grupos sociais presentes no estado de São Paulo na mesma época, como imigrantes nacionais provenientes de outros estados, estratos da população negra egressa do regime escravista ou, ainda, de brasileiros brancos.

Trata-se também de percursos com características intergeracionais, isto é, que são vivenciados por gerações sucessivas,⁵⁵ o que traz considerações do feitio que Telles e Cabanes demonstraram em relação ao contexto urbano da capital paulista: “com base em entrevistas biográficas, tratou-se de apreender essas modulações de tempo-espaço nos percursos dos indivíduos e suas famílias, também cifradas nas defasagens e diferenças entre gerações”.⁵⁶ Para isso, é interessante analisar mais dois percursos migratórios familiares, dentre outros obtidos na bibliografia e em entrevistas realizadas no interior paulista.

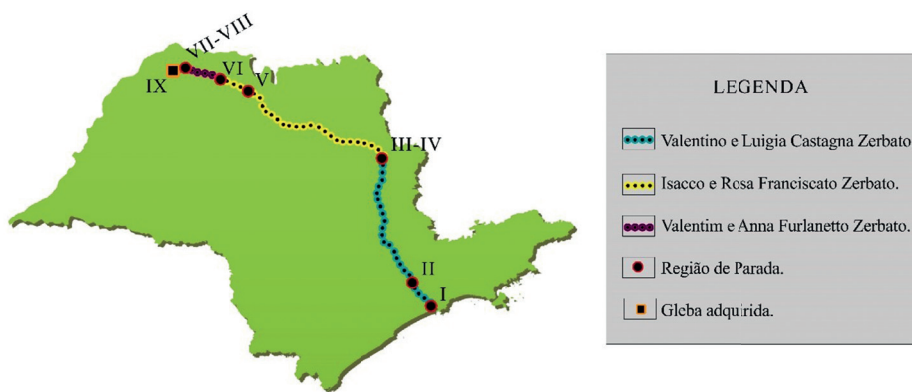
É interessante notar que, nesse caso, cada geração, a seu tempo, deslocou-se espacialmente: Valentino e Luigia, de Vicenza, na Itália, para Santa Rita; Isacco e Rosa, de Santa Rita para São José do Rio Preto e, depois, para Bálsamo; e Valentim e Anna, de Bálsamo para Vitória Brasil. Mais que isso, nesse caso particular, o sonho acalentado da aquisição da propriedade rural persistiu ao longo de pelo menos três gerações até ser finalmente concretizado.

Entretanto, é oportuno verificar que pode haver também percursos de famílias de imigrantes muitas vezes construídos com base em rupturas e dissonâncias que a própria transição geracional pode acarretar. Como exemplo, Ruth Cardoso, ao demonstrar um conjunto significativo de contrastes entre isseis e nisseis em termos de sociabilidade, escolarização, profissionalização etc. (que inclusive muitas vezes incluiu a mudança domiciliar rural-urbana), concluiu que: “o nissei se distingue do issei não só como geração, mas também como um grupo que participa diversamente do universo cultural tradicional”.⁵⁷

55 Id. *ibid.*

56 Telles e Cabanes (2006, p. 19).

57 Cardoso (1995, p. 133).



I - Originários da comuna de Valdarno, província de Vicenza, Valentino Zerbato e Luigia Castagna Zerbato embarcaram com seus 8 filhos (Beniamino, Paolo, Guglielmo, Isacco, Maddalena, Margherita, Caterina e Anna) no vapor Minas que, os trouxe de Gênova ao porto de Santos, onde desembarcaram em 8 de janeiro de 1897.

II - De Santos, rumaram à Hospedaria dos Imigrantes, onde permaneceram por alguns dias, à espera do contratante.

III - Foram contratados para trabalhar como colonos de café na Fazenda das Cabras, de Manoel Amasio, em Santa Rita do Passa Quatro. Valentino e Luigia ficaram neste município até a morte.

IV - Isacco, um dos filhos de Valentino e Luigia, casou-se com Rosa Franciscato, em 3 de agosto de 1908 e teve 5 filhos: Fiorello, Aurélio, Nello, Orestes e Armando.

V - Isacco mudou-se com a família para São José do Rio Preto, na fazenda de Bernardino de Campos, em meados de 1918, a fim de trabalhar como "retireiro" de leite. Neste município teve mais 5 filhos: Valentim, José, Aparecida, Luiza e Laurita.

VI - Em 1947, Isacco, seus filhos e esposa foram trabalhar na fazenda dos Bassan, em Bálamo. Arrendaram uma lavoura de 40 mil pés de café para cultivar. Os outros filhos constituíram suas famílias e arrendaram lavouras de café na região de São José do Rio Preto e cidades adjacentes como São Francisco, Tupi Paulista, Engenheiro Schmidt, dentre outras.

VII - Valentim, um dos filhos de Isacco e Rosa, casou-se com Anna Furlanetto, em julho de 1947 e juntos tiveram 3 filhos: Izaac, Clarice e Orides. Em 1958, migrou para Vitória Brasil, para trabalhar como administrador na Fazenda Santa Luzia, no

bairro Córrego de Helena. A fazenda possuía 50 alqueires com lavoura de café em produção. Havia também outra parte para Valentim iniciar a formação de mudas de café. A fazenda possuía a casa sede, onde Valentim morava com a família e uma colônia de lavradores arrendatários, que residiam em outras cinco casas.

VIII - Seus irmãos se separaram, tomando rumos diferentes. Isacco, o pai, permaneceu morando na Fazenda dos Bassan, em Bálamo.

IX - Em 1968, Valentim comprou um sítio no mesmo espaço em que trabalhava. O sítio foi adquirido junto a um dos irmãos da família Ognibeni que, após o falecimento do patriarca familiar, dividiu a fazenda da família em sítios de 10 alqueires. Valentim comprou o sítio de um desses irmãos, José Ognibeni.

Figura 19 Percurso da família Zerbato.

Fonte: entrevistas com Valentim e Carlos Zerbato.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em São Paulo, os condicionantes impostos por uma fronteira agrícola em contínua expansão até pelo menos a primeira metade do século passado, aliados às vicissitudes impostas pela retração econômica e pelo esvaziamento rural de certas áreas a partir dos anos 1930, determinaram um intenso deslocamento de famílias e indivíduos no território. Procurou-se explorar então justamente a racionalidade de tais implantações iniciais e deslocamentos sucessivos, entendidos aqui, de um ponto de vista sociológico, como ações sociais.

Embora pouco exploradas neste texto, não resta dúvida de que tais deslocamentos inscreveram-se em um contexto de políticas governamentais mais gerais cuja menção não pode ser omitida: a) a política migratória levada a cabo pelo estado

paulista que, informada por um ideal de branquitude, privilegiou determinados grupos e restringiu outros; b) os estímulos à produção agrícola direcionados à grande propriedade rural cafeeira, pelo menos até 1930; c) especialmente os investimentos em transporte (inicialmente privado e depois estatal) tanto marítimo (via subsídio para a vinda de imigrantes) quanto ferroviário (que viabilizaram a exploração econômica de áreas antes desconectadas da exploração agrícola para o mercado mundial); d) a partir dos anos 1930, a adoção de um regime de cotas pela Constituinte de 1934 (cujo alvo preferencial, porém não exclusivo, foram os japoneses) e, em seguida, as restrições às organizações étnicas impostas pelo regime varguista.

No interior desse enquadramento, a dinâmica de distribuição dos grupos estrangeiros no interior paulista foi condicionada pela disponibilidade de terras férteis e relativamente abrigadas da geada (acima do Trópico de Capricórnio) e dependeu de alguns fatores e processos que simultaneamente interagiram:

- a) O deslocamento geográfico do investimento das elites econômicas e a consequente expulsão de populações marginalizadas (índios, posseiros, quilombolas) para zonas mais distantes ou incorporação deles como agregados (inclusive com apoio da ordem jurídica da época);
- b) O *timing* da chegada que condicionou a implantação dos vários grupos de imigrantes em zonas já abertas à exploração agrícola e mais carentes de mão de obra, acarretando, como regra geral, que grupos que vieram depois tenham se estabelecido em zonas mais distantes da capital;⁵⁸
- c) Os processos de mobilidade geográfica dos colonos, via migrações sucessivas, aspirando a: i) encontrarem condições de trabalho e remuneração mais vantajosas; ii) estabelecerem-se como pequenos proprietários em zonas de fronteira onde a terra é mais barata; iii) em alguns casos, usufruírem da convivência entre conacionais – os dois primeiros condicionando, de modo geral, deslocamentos mais a oeste;
- d) Os processos decorrentes de êxodo rural, sobretudo após a crise de 1930, e de busca de oportunidades para os filhos em direção a zonas urbanas de municípios maiores e à capital do estado condicionando deslocamentos no sentido inverso, mais a leste.

Cada censo capta uma fotografia meramente estática, mas que, na verdade, é a resultante, em um determinado momento, de cada um desses processos agindo simultaneamente. Em seu conjunto, os percursos migratórios intergeracionais aqui referidos nos sugerem uma face mais dinâmica e ativa do processo de implantação e acomodação de famílias de origem imigrante no território paulista, até então pouco

58 O que, por sua vez, trouxe consequências importantes. Assinale-se, a título de exemplo, duas delas. Em primeiro lugar, o problema da baixa visibilidade social para grupos que se assentaram mais distante da capital. O exemplo clássico são os espanhóis (para uma explicação mais abrangente, consultar o capítulo de Truzzi e Palma, mais adiante). Não obstante, note-se que os japoneses, embora tenham chegado tardiamente, não padeceram do mesmo fenômeno, inclusive (mas não somente) por razões fenotípicas. Em segundo lugar, é notável, a partir dos anos 1930, a maior facilidade que tiveram os descendentes de imigrantes em abarcar postos na política local nas zonas mais novas, porque, nestas, estratos de imigrantes relativamente bem-sucedidos em boa medida já se constituíram como elites. Em zonas mais antigas, ao contrário, a competição por poder político local foi mais aguerrida porque já havia descendentes de elites nativas estabelecidas fazia mais tempo nas arenas da política local (TRUZZI; KERBAUY; BARBOSA, [2012] 2021).

explorada pela análise, em certo sentido ilusória, que os recenseamentos, mesmo que tomados em seu conjunto, tendem a oferecer.

REFERÊNCIAS

- ABREU, D. S. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972.
- ALMEIDA, A. T. *Oeste Paulista: a experiência etnográfica e cultural*. Rio de Janeiro: Alba, 1943.
- ALVIM, Z. M. F. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BACELLAR, C. *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.
- BASSANEZI, M. S. C. B.; SCOTT, A. S. V.; BACELLAR, C. A. P.; TRUZZI, O. M. S. *Atlas da imigração internacional de São Paulo 1850-1950*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- BRANDI, A. *São José do Rio Preto 1894-1907: o ciclo dos intendentess e a criação da comarca*. São José do Rio Preto: THS Editora, 2012.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- CARDOSO, R. C. L. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no estado de São Paulo*. Tradução: Masato Ninomiya. Edição bilíngue. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.
- CARNEIRO, H. S. A CAIC: *Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961*. 1985. Dissertação (Mestrado em História). Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1985.
- CARVALHO, D. F. *Trabalho e conflito na Noroeste do Brasil: a greve dos ferroviários de 1914*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- CAVALHEIRO, A. A. (org.). *Album ilustrado da comarca de Rio Preto (1927-1929)*. São Paulo: Duprat-Mayença, 1929.
- COELHO, H. M. F. *Imigração sírio-libanesa em Franca*. Franca: Editora UNIFRAN, 2005.
- DRUBI, S. *Raízes de Jaborandi*. Barretos: Gráfica Soares Barretos, 1998.
- ELLIS JUNIOR, A. *Tenente-coronel Francisco da Cunha Bueno: o pioneiro da cafeicultura no Oeste Paulista*. São Paulo: Linográfica Editora, 1960.
- GREIBER, B. L.; MALUF, L. S.; MATTAR, V. C. *Memórias da imigração: libaneses e sírios em São Paulo*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.
- GRIBAUDI, M. *Itinéraires ouvriers: espace et groupes sociaux à Turin au début du xxe siècle*. Paris: Éditions E.H.E.S.S., 1987.
- LEITE, S. I. S. *Os italianos no poder, cidadãos catanduvenses de virtude e fortuna: 1918-1964*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2007.
- LENHARO, A. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste: os anos 30*. 2. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1986.
- MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MATOS, O. N. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.
- MILLIET, S. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. São Paulo: Coleção Departamento de Cultura, 1939. v. XXV.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

- OLIVEIRA, F. A. M. *Impasses no Novo Mundo: imigrantes italianos na conquista de um espaço social na cidade de Jaú (1870-1914)*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- OLIVEIRA, G. *Imigração na década de 1930: o trabalho desenvolvido pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) no estado de São Paulo*, 2009. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/537.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- OLIVEIRA, S. *Os espanhóis*. Sorocaba: TCM Comunicação, 2002.
- PINTO, A. V. *El pensamiento critico en demografia*. Santiago do Chile: Centro Latinoamericano de Demografia (Celade), 1973.
- SAUVY, A. *La population*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.
- SEABRA, M. G. *As cooperativas mistas do estado de São Paulo: estudo de geografia econômica*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.
- SOARES, B. P. *Germanismo e nazismo na colônia alemã de Presidente Venceslau (1923-1945)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2009.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. *Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- SUZUKI, T. Narrative part. In: SUZUKI, T. *Japanese immigrant in Brazil*. Tóquio: University of Tokyo, 1969. v. 2.
- TAKENAKA, E. M. M. *Raízes de um povo: a colônia japonesa de Álvares Machado*. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2003.
- TARRIUS, A. Territoires circulatoires et espaces urbains: différentiation des groupes migrants. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n. 59-60, p. 51-60, 1993.
- TELLES, V.; CABANES, R. Introdução. In: TELLES, V.; CABANES, R. (org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 11-28.
- TRUZZI, O. M. S. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- TRUZZI, O. M. S.; FOLLIS, F. A. *ocupação dos sertões de Araraquara: das sesmarias e apossamentos à Lei de terras de 1850*. São Carlos: EdUFSCar, 2012.
- TRUZZI, O. M. S.; KERBAUY, M. T. M.; BARBOSA, A. S. Mudança de fronteiras étnicas e participação política de descendentes de imigrantes em São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 135-256, out. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000300008>. Acesso em: 31 jul. 2021.
- TRUZZI, O. M. S.; VOLANTE, J. P. Percursos migratórios intergeracionais e dinâmicas de implantação de imigrantes estrangeiros no Oeste Paulista (1880-1950). *Tempo Social*, v. 31, n. 3, p. 161-191, set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.154911>. Acesso em: 31 jul. 2021.
- URRY, J. Mobile sociology. *British Journal of Sociology*, v. 51, n. 1, p. 185-203, 2000.

Entrevistas realizadas

- Estevão Muszkat, janeiro de 2019.
- Mario Turco, dezembro de 2018.
- Roseli Parizzi, setembro de 2018.
- Deraldino Parizzi, janeiro de 2019.
- Sachiê Nagano, agosto de 2017.
- Valentim Zerbato, agosto de 2017.
- Carlos Zerbato, agosto de 2017.